

# Mulheres jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Como as relações de gênero interferem na produção jornalística?

## Women journalists and press freedom in Brazil: How does gender intervene in journalism practice?

Gisele Barão da Silva<sup>1</sup>  
Giulia Sbaraini Fontes<sup>2</sup>  
Francisco Paulo Jamil Marques<sup>3</sup>

**Resumo:** A pesquisa analisa como violência e preconceitos de gênero interferem no trabalho e na vida pessoal de jornalistas brasileiras. O artigo explora dados de 31 entrevistas semiestruturadas realizadas com jornalistas hostilizadas na atividade profissional. Os dados apontam que as agressões levam a autocensura e mudanças de comportamento. Parte das jornalistas considera insuficiente o suporte oferecido após a agressão. O trabalho oferece subsídios para aperfeiçoar mecanismos de apoio a jornalistas.

**Palavras-Chave:** Gênero. Rotinas profissionais. Violência contra jornalistas.

**Abstract:** The paper aims to grasp how gender violence and prejudice intervene in female journalists' professional and personal lives. It is grounded on 31 semistructured interviews fulfilled with Brazilian journalists attacked while working. The data indicate that the aggressions lead to self-censorship and behavior changes. Part of the interviewees considers that the support offered after the attacks is insufficient. The research is relevant for offering means for support mechanisms to be improved.

**Keywords:** Gender. Journalism practice. Journalists' harassment.

---

<sup>1</sup> Jornalista da E-Paraná Comunicação. Mestre em Jornalismo pela UEPG. Doutoranda em Comunicação pela UFPR. Membro do PONTE (Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Tecnologia), da UFPR. E-mail: gisele.barao@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência Política pela UFPR. Mestre em Ciência Política e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. Membro do PONTE/UFPR. Repórter de Economia no UOL. E-mail: giuliasfontes@gmail.com

<sup>3</sup> Professor e Pesquisador da UFPR. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenador do PONTE/UFPR. E-mail: marquesjamil@gmail.com

.....

## 1 Introdução

A literatura tem examinado de que modo desigualdades de gênero se inserem nas rotinas de trabalho de jornalistas (e.g. CHAMBERS; STEINER; FLEMING, 2004; NORTH, 2009; HANITZSCH; HANUSCH, 2012; MELKI; MALLAT, 2016). Às antigas formas de discriminação, inclusive nas redações (STEINER, 2012; BARNES, 2015; DE VUYST; RAEYMAECKERS, 2019), se soma o assédio online, que tem nas mulheres um de seus alvos preferenciais (LEWIS; ZAMITH; CODDINGTON, 2020; RAMOS, 2020; ABRAJI, 2021).

Este artigo visa compreender como violência e preconceitos de gênero atingem mulheres jornalistas no Brasil. A exemplo de outras pesquisas (e.g. MASSEY; ELMORE, 2011; HARP; BACHMANN; LOKE, 2014; ORGANISTA; MAZUR, 2020), pretende-se examinar não apenas elementos ligados ao cotidiano profissional, mas também verificar de que maneira hostilidades reverberam na vida pessoal das jornalistas.

O manuscrito discute dados coletados em 31 entrevistas semiestruturadas realizadas com jornalistas brasileiras que sofreram ataques, durante o exercício profissional, em 2019 e 2020. O período compreende os dois primeiros anos de Jair Bolsonaro na Presidência do Brasil. O perfil das entrevistadas é diverso, incluindo jovens e veteranas, que exercem funções variadas em empresas de diferentes portes.

O estudo é relevante por pelo menos cinco motivos. Primeiro, por se tratar do maior país da América Latina em termos territoriais e econômicos, o Brasil reúne características singulares no que se refere às características de seu sistema midiático (ALBUQUERQUE, 2012). A presença de conglomerados locais sugere modalidades específicas de profissionalização e de interferência de agentes políticos em empresas jornalísticas (AZEVEDO, 2006).

Em segundo lugar, diagnósticos de organizações como a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) (2021) apontam para o recente aumento dos ataques a jornalistas no Brasil.

Há indícios de deterioração da liberdade de imprensa: em 2021, o país atingiu sua pior colocação no ranking elaborado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras.

Em terceiro lugar, deve-se considerar que o presidente Bolsonaro, políticos ligados a ele e apoiadores estão envolvidos em parte significativa dos ataques e tentativas de intimidação a jornalistas (e.g. FENAJ, 2020). Sabe-se que a ascensão de populistas tem imposto desafios a instituições democráticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2017), incluindo o jornalismo (VAN DALEN, 2019; HAPPER; HOSKINS; MERRIN, 2019). O assédio de populistas direcionado a jornalistas tem sido examinado pela literatura (WAISBORD, 2018), mas poucos estudos vão além da contagem de corpos (DE BRUIN, 2004) e conferem voz às profissionais atacadas. Considera-se, ainda, que tais ataques constituem prejuízo para a sociedade de maneira geral, pois ferem o direito à informação (RIOS; BRONOSKI, 2019).

Em quarto lugar, é importante frisar que parte das agressões proferidas por Bolsonaro e seus apoiadores têm tom misógino. Em março de 2021, por exemplo, o presidente foi condenado a indenizar<sup>4</sup> a jornalista Patrícia Campos Mello<sup>5</sup> por uma ofensa de cunho sexual.

Por fim, a atividade jornalística brasileira é marcada por desigualdades de gênero nas redações. Ainda que sejam maioria, mulheres ganham menos que os homens em todas as faixas etárias e funções, além de contarem com menor acesso a benefícios e recompensas (PONTES, 2017). Ademais, registre-se que, entre 2012 e 2017, jornalistas mulheres abandonaram mais a profissão se comparadas a colegas homens (KIKUTI; ROCHA, 2018). No entanto, temas como a relação entre trajetórias profissionais e assédio ainda são pouco debatidos (LOPES DE AMORIM; BUENO, 2019).

## 2 Revisão de literatura

---

<sup>4</sup> Ver

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/justica-condena-bolsonaro-a-indenizar-reporter-da-folha-por-danos-morais.shtml>.

<sup>5</sup> Em 2020, Mello publicou o livro “A máquina do ódio”, sobre fake news e violência digital. A obra foi citada por algumas entrevistadas.

A violência contra profissionais de imprensa inclui desde agressões físicas até abusos psicológicos, estruturais e simbólicos (BRAMBILA; HUGHES, 2019), a exemplo de ameaças e assédio (NILSSON; ÖRNEBRING, 2016; BARTMAN, 2018). Waisbord (2020) sugere que o assédio a jornalistas é potencializado pelas redes sociais digitais, já que elas facilitam o acesso aos profissionais e tornam os ataques menos custosos.

Não se pode afirmar, porém, que todos os jornalistas sofram ataques na mesma proporção e por parte dos mesmos agentes. Profissionais que atuam em zonas de conflito bélico enfrentam riscos extremos (CARTER; KODRICH, 2013; CHARLES, 2020; TEJEDOR; CERVI; TUSA, 2020). As diferenças ocorrem, também, considerando a força das instituições democráticas: Hughes et al. (2017) afirmam que democracias “inseguras” – com baixa *accountability*, grande desigualdade, presença de indivíduos ligados a grupos violentos dentro do Estado, entre outros atributos – são mais perigosas para jornalistas. Relly (2020) indica que a ascensão de populistas torna o ambiente mais profícuo para assédios contra profissionais de imprensa. Segundo Banet-Weiser (2021), mulheres e grupos feministas são alvos preferenciais de campanhas de desinformação em ambientes dominados por populistas conservadores, sem que plataformas online coíbam tais condutas. As estratégias de ataque incluem questionamentos ao caráter dos profissionais, acusando-os, por exemplo, de desonestidade (MEEKS, 2019; VAN DALEN, 2019).

A literatura aponta que os ataques direcionados a mulheres jornalistas têm características distintas dos que miram profissionais homens. Para Chen et al. (2018), um aspecto fundamental na hostilidade de gênero é o foco em atributos sexuais ou na violação de padrões sociais de comportamento. Tais agressões têm gerado repercussões profissionais e pessoais diversas para mulheres jornalistas, incluindo autocensura (POSETTI *et al.*, 2021); alterações no envolvimento com o público (STAHEL; SCHOEN, 2019); recusa em participar de determinadas pautas ou coberturas por receio de agressões (CARLSON; WITT, 2020; RAO; RODNY-GUMEDE, 2020); e deterioração da autoestima e da saúde mental (ADAMS, 2017).

Apesar das graves consequências e do aumento da hostilidade online, jornalistas não têm considerado suficiente o suporte dado por empresas jornalísticas nos casos de agressão. Holton et al. (2021) afirmam que os profissionais da imprensa percebem que não há esforços sistêmicos de combate: jornalistas que sofrem hostilidade precisam prevenir novos casos ou buscar paliativos por si mesmos.

A partir da revisão de literatura, este artigo propõe duas questões de pesquisa:

- 1) De que maneira casos de hostilidade interferem nas rotinas profissionais e na vida pessoal de mulheres jornalistas no Brasil?
- 2) Que tipo de suporte as jornalistas vítimas de ataques recebem de empresas e entidades de classe, e quais estratégias desenvolvem para mitigar ataques?

### **3 Metodologia**

Foram realizadas 31 entrevistas semiestruturadas com jornalistas que sofreram algum tipo de violência no exercício profissional em 2019 e 2020. A análise qualitativa de entrevistas tem sido uma técnica empregada nos estudos sobre jornalismo (e.g. LOBO et al., 2015; JAMIL, 2020; SCHOCH, 2020; MONT'ALVERNE; ATHANÁSIO; MARQUES, 2018).

Esta pesquisa tem o diferencial de dar voz à versão das jornalistas sobre os fatos, e não a relatos externos. Argumenta-se que somente a contagem de casos não é suficiente para se obter um panorama amplo sobre a violência contra jornalistas no Brasil, especialmente no que diz respeito a questões de gênero. Conhecer a perspectiva das vítimas permite acessar fatores contextuais, sociais, políticos e históricos que não estariam disponíveis a partir de ferramentas quantitativas.

A entrevista com jornalistas exige uma abordagem cuidadosa, visto que se está lidando com profissionais experientes na condução de inquéritos e conversações (PEREIRA; NAVES, 2013). Como parte do protocolo de trabalho, as entrevistadoras tinham em mãos,

antes de cada conversa, registros da agressão sofrida pela profissional, além de eventuais manifestações editoriais sobre o caso.

O roteiro de perguntas<sup>6</sup> foi definido a partir de estudos que tratam de ataques a jornalistas (e.g. STAHEL; SCHOEN, 2019; BARRIOS; MILLER, 2020; WAISBORD, 2020). Ele é composto por 19 perguntas, sendo seis questões relativas à identificação da jornalista; 11 concentradas nos ataques e ameaças, abordando temas como descrição de agressões recentes, repercussões e apoio oferecido por empresas e entidades de classe; e duas perguntas finais para que a entrevistada acrescentasse informações que julgasse relevantes e/ou fizesse perguntas sobre a pesquisa. A lista foi utilizada como um guia, mas outras questões puderam ser adicionadas dependendo dos dados apresentados.

Das 31 entrevistas, 28 foram realizadas por videoconferência, com duração entre 40 e 90 minutos. Três foram feitas por escrito, por solicitação das participantes. Como trata-se de tema sensível, as entrevistas foram realizadas sob a condição de anonimato. Por isso, nomes das profissionais, das empresas e localidades em que trabalham foram omitidos no artigo.

Os pesquisadores asseguram que o perfil das profissionais entrevistadas varia consideravelmente, o que implica que os resultados do presente estudo são significativos. As participantes têm média de idade de 39 anos, e tempo médio de atividade profissional de 17 anos. A maioria atua como repórter, mas colunistas, editoras e donas de empresas de comunicação também foram entrevistadas. Das 31 jornalistas, 13 trabalham em empresas de abrangência nacional, enquanto 18 atuam por companhias locais ou regionais. Algumas delas estão vinculadas a mais de uma empresa, mas a maioria atua em portais de notícias.

Das 28 entrevistas por videoconferência, 24 tiveram a presença de duas pesquisadoras. Ambas também são jornalistas com anos de atuação no mercado, que têm experiência com entrevistas, o que contribuiu para um maior dinamismo nas conversas. As entrevistas foram realizadas somente entre mulheres, em um esforço para deixar as participantes em um ambiente de acolhimento e empatia.

---

<sup>6</sup> O questionário está disponível mediante solicitação aos autores.

#### 4 Resultados

##### *Gênero, redes sociais e ataques a mulheres jornalistas no Brasil*

A hostilidade com viés de gênero pode ser identificada no teor de comentários e ameaças online, nas agressões verbais de fontes ou do público e no tratamento desigual por chefes ou colegas. Nas redes sociais, os casos incluem menções à aparência, idade e vida sexual. É frequente o uso de fotos pessoais para divulgação de material difamatório na internet. Mais do que isso, o ambiente digital é utilizado para reproduzir conteúdo advindo de outros meios com a finalidade de intimidar profissionais (e.g., uso de trechos de reportagens de TV para ridicularizar a repórter).

As ofensas proferidas durante a produção de reportagens são situações particularmente constrangedoras. Muitas vezes, comentários de cunho sexual vêm disfarçados de “elogios”. “Você já está no meio da entrevista e alguém diz: ‘Essa repórter é bonita, a matéria vai ficar melhor’”. (JORNALISTA 18).

Para a Jornalista 20, repórter de TV, as ofensas estão fortemente ligadas ao seu gênero. “Eu não vejo xingarem o meu cinegrafista. Eu vejo essa reação [agressiva em relação a homens só] quando o cinegrafista vai me defender”. A profissional relata ainda o assédio sexual promovido por fontes, que a elogiam, convidam para encontros e enviam mensagens pelo celular.

Também ocorre certo estranhamento quando a jornalista está atuando em lugares que não seriam, a princípio, “para mulheres”.

Você percebe que, enquanto mulher jornalista, é um pouco questionada pelos olhares. Porque a maioria é masculina, né? Fotógrafos e câmeras. Eu também fui cinegrafista, já passei por isso antes. (JORNALISTA 19).

É importante dizer que parte das entrevistadas negou ter percebido viés de gênero nas agressões sofridas. Mesmo assim, muitas delas avaliam que as agressões endereçadas a outras jornalistas são diferentes das sofridas por colegas homens.

Uma veterana relata casos de perseguição e violência política ao longo da sua carreira, incluindo agressões de gênero, mas cita as redes sociais como um agravante. Essa profissional ressalta a organização dos ataques. “Não é um movimento espontâneo de crítica. É tudo muito bem feito, parte de uma estratégia. (...) O objetivo é tirar a credibilidade e também a segurança emocional” (JORNALISTA 31).

Para determinadas profissionais, os ataques não podem ser considerados um fenômeno recente, e apenas ficaram mais visíveis por causa da internet e por serem estimulados, em alguma medida, por Bolsonaro. “A violência contra o bom jornalismo sempre existiu, mas com o advento da internet, isso se maximizou. [...] Hoje existe uma violência institucionalizada pelo presidente da República” (JORNALISTA 6).

Outro viés apontado nos ataques online, principalmente em reportagens que envolvem políticos, diz respeito a um clima de “torcida de futebol”. A Jornalista 28 conta que, após publicar uma matéria sobre uma doença do presidente, recebeu xingamentos pela internet. As Jornalistas 7 e 2 têm relatos semelhantes.

A gente é muito taxado politicamente, e isso acaba colocando o nosso trabalho em descrédito. [...] Quando eu comecei, eu não sentia muito isso, eu sentia que o que a gente publicava era considerado pelos leitores como algo relevante. (JORNALISTA 7)

Tem a ver, obviamente, com a temperatura política do país. Porque antes éramos ‘golpistas’, e agora somos ‘esquerdopatas’ [...] As pessoas buscam nas suas redes sociais indícios do que você representa. (JORNALISTA 2)

Parte das jornalistas relata que as redes são responsáveis por prolongar o sofrimento das vítimas. A Jornalista 18, agredida fisicamente pelo gerente de uma empresa, continuou recebendo ofensas de outras pessoas pelas redes sociais semanas após o fato – sem que tenha havido providência alguma por parte das plataformas. A Jornalista 7, que sofreu ataques após uma reportagem sobre uma conduta inadequada de membros do Judiciário, relatou situação semelhante.

[Geralmente,] os ataques duram em torno de uma semana, porque o assunto muda. No meu caso, durou dois meses. [...] Fizem print das minhas fotos, procuraram coisas antigas. Você percebe que



não é só uma tentativa de questionar a matéria, o trabalho, é uma tentativa de silenciar, intimidar. (JORNALISTA 7)

As críticas às políticas de plataformas digitais, que não restringem ou punem comentários ofensivos e ataques, foram frequentes. A Jornalista 29, por exemplo, falou sobre o *Twitter*: “As atuais políticas de moderação não atendem as necessidades de jornalistas que viram alvos: muitas das ofensas e ameaças que recebi continuam no ar. O tempo de resposta é grande, o que favorece a amplificação dos ataques” (JORNALISTA 29).

### *Depois do ataque: falta de apoio e estratégias de proteção*

Após sofrer ataques, as jornalistas enfrentam outro processo desgastante quando relatam o ocorrido às redações. Na opinião das entrevistadas, o apoio das empresas é insuficiente, quando não inexistente.

Em alguns casos, há preocupação das chefias em perder o “bom relacionamento” com as fontes. Muitas vezes, as jornalistas agredidas precisam provar às chefias que realmente foram vítimas de uma agressão e que não “provocaram” a situação. No caso da Jornalista 20, o fato de as agressões endereçadas a ela terem sido gravadas funcionou como defesa de uma acusação. “A assessora da empresa do agressor ligou [para a TV] dizendo que eu tinha xingado [e não o contrário, que de fato ocorreu]” (JORNALISTA 20).

A Jornalista 18, agredida fisicamente pelo gerente de uma empresa, conta que, logo após o ocorrido, recebeu o telefonema de uma chefe repreendendo seu comportamento.

Ela não escutou o meu lado. Naquele momento, ela se preocupou com o que aquilo poderia causar no relacionamento com a [empresa] para futuras pautas. [...] No dia seguinte, quando cheguei para trabalhar, outra chefe me chamou e pediu desculpas, porque ficou em reunião e só à noite, em casa, viu a repercussão. (JORNALISTA 18)

A Jornalista 20 relatou aos chefes o assédio sexual que sofreu de um delegado de polícia e não recebeu suporte da empresa.

Meus chefes, que são homens, disseram: ‘Mas homem é assim mesmo. [...] E vocês são fáceis, então...’. [...] Eu pensei em ir à Corregedoria [da polícia], mas meus chefes disseram ‘Você vai criar um mal-estar, é um delegado muito atuante, deixa para lá, e você não precisa mais entrevistá-lo’. (JORNALISTA 20).

As profissionais receberam apoio jurídico tiveram de enfrentar outra barreira: o estigma de serem associadas à ação judicial e permanecerem vinculadas ao caso por tempo excessivo, dada a lentidão dos processos. Algumas foram orientadas por seus próprios advogados a desistir do caso. Outras disseram que a recusa em registrar denúncia se deve à falta de confiança na Justiça e na punição para os culpados.

Eu tenho certeza que aumentaram [os casos de violência contra jornalistas]. Inclusive por conta da impunidade, as pessoas sabem que não acontece nada. [...] É notícia quando um jornalista ganha uma ação contra alguém, porque é tão demorado, tão custoso, depende tanto de uma máquina por trás, e de anos que você precisa patrocinar aquela briga, que brigar com jornalista é igual brigar na internet: pode fazer que não vai acontecer nada. (JORNALISTA 2)

A Jornalista 26, agredida fisicamente durante um protesto, disse que, após o fato, foi procurada para contar o caso em entrevistas e eventos, mas não aceitou porque não gostaria de associar sua imagem apenas à agressão sofrida. “É quase cumprir o objetivo deles [os agressores]. [...] Quem faz esse tipo de agressão quer ver isso ganhar espaço. Claro, tem um lado que precisa ser falado, mas eu acho que tem que ser falado do jeito certo” (JORNALISTA 26).

As jornalistas demonstram, ainda, preocupação com outras consequências negativas. Houve queixas de que o público e até mesmo colegas continuaram a fazer piada sobre a agressão. “A maneira como alguns amigos e colegas se comportaram por certo tempo por conta desse episódio me incomodou. Porque eu vi como uma agressão, e alguns amigos viram como visibilidade” (JORNALISTA 18).

As notas de repúdio publicadas por entidades de classe também foram criticadas por algumas entrevistadas – que relataram ter sido expostas publicamente sem autorização ou consulta prévia. Além disso, há apontamentos sobre a falta de apoio institucional.

As instituições precisam pensar em formas de manter a segurança do jornalista, principalmente freelancer. Não só segurança pessoal, mas financeira. [...] As pessoas querem trabalhar com reportagem, mas não têm segurança financeira para conseguir fazer esse trabalho. E a gente acaba perdendo muita gente boa porque precisa pagar as contas e acaba migrando para outras áreas. [...] A gente precisa debater isso para saber qual vai ser o futuro da nossa profissão. Quem vai continuar fazendo? Quantos já desistiram? Eu não sei até quando eu vou ficar (JORNALISTA 7).

A Jornalista 23 recebeu ataques e ameaças ao longo de vários dias após a publicação de uma reportagem. A profissional relata que tentou ignorar as agressões, até que recebeu uma mensagem com ameaça de morte. “É difícil quando você passa por essa coisa. [...] Você não sabe o que faz. Eu comuniquei a chefia, que comunicou o jurídico. [...] Mas ninguém falou mais nada nos dias que se sucederam”. Depois, ligações anônimas para a família da jornalista tornaram a situação ainda mais tensa.

Foi aí que eu comecei a cair na real sobre o problema da falta de apoio. Eu não tenho que saber sozinha se isso é uma coisa com a qual eu tenho que me preocupar ou não. Isso deveria ter um protocolo de atendimento; como a gente faz; quem avisar; [se é] ameaça, a gente registra? Mas não tinha nada disso (JORNALISTA 23).

Em alguns casos, as jornalistas relatam que receberam apoio sindical. A Jornalista 9 comentou que, somente após receber apoio da entidade, decidiu se sindicalizar. Outras disseram que, por não terem recebido suporte, deixaram de pagar e/ou participar do sindicato.

O relato da Jornalista 23 demonstra diferenças de tratamento aos jornalistas conforme a preferência da empresa. Outro ponto levantado é que a organização de campanhas públicas de solidariedade - seja de empresas ou entidades - são mais intensas, por vezes, apenas quando se trata de alguma profissional famosa ou de “alto escalão”.

Eu acho que tem um tratamento para quem eles consideram ‘linha A’ e outro para quem eles consideram ‘linha B’. Tem o andar de cima e o chão da fábrica. Eu era o chão da fábrica. O chão da

fábrica não merece nota de repúdio da empresa quando é ameaçado, quando é atacado. [...] Aí quando é um dos colunistas conhecidos, famosos, ou quando é o presidente atacando... (JORNALISTA 23)

A formação de redes de apoio desenvolvida pelas próprias profissionais tem uma importância fundamental nesse contexto. Além de acompanharem as demais ocorrências de agressão à imprensa, as jornalistas se sentem fortalecidas ao verem outras colegas abordando publicamente seus casos. A coragem para denunciar ataques também está relacionada ao exemplo dado por colegas mais experientes. Após observar as reações de uma veterana à hostilidade de um líder político, a Jornalista 27, que tem dois anos de atuação no jornalismo, afirmou: “Ver a persistência dela depois daquilo [...] me deu muita segurança”.

Dentre as providências tomadas pelas repórteres após as agressões estão recorrer a consultorias para saber como agir nas redes sociais e buscar modos de acessar a internet sem deixar rastros. Duas jornalistas relataram ter participado de cursos de segurança. Mais de uma mencionou que evita sentar de costas para a porta quando está em ambientes públicos. Algumas entrevistadas narraram que, durante a cobertura de manifestações de rua, buscam observar pontos estratégicos de saída. Outras disseram ter alterado seus trajetos cotidianos e até o meio de transporte que utilizam para se deslocar.

### *Impactos da hostilidade nas rotinas profissionais*

As alterações nas rotinas profissionais por causa dos ataques variaram conforme características das entrevistadas, como idade, área de atuação e estrutura da organização onde atuam. Profissionais vinculadas a grandes conglomerados se mostraram mais resilientes. Elas não relataram indícios de autocensura nem outras mudanças na rotina – sobretudo no caso de jornalistas veteranas. A Jornalista 13 afirmou que seguir cumprindo as pautas era uma questão de “compromisso”. “O dia em que eu estiver morrendo de medo, que eu tiver que abrir mão das pautas [...] eu vou me aposentar e vou embora para casa. Enquanto eu tenho esse compromisso, eu não posso ficar acuada” (JORNALISTA 13).

Entre as profissionais ligadas a empresas de menor porte ou que atuam de forma independente, as menções a mudanças na forma de trabalhar foram mais frequentes. Os depoimentos incluem estratégias como evitar entrevistar fontes que já as agrediram (as jornalistas disseram preferir fontes que também são mulheres) e evitar determinadas pautas. Também há situações em que elas criaram a própria empresa de comunicação para alcançar um ambiente mais harmonioso de trabalho. O relato da Jornalista 19, com experiência em cobertura de manifestações de rua em 2018 e 2019, ajuda a ilustrar os tipos de mudança na rotina causadas pelas agressões.

Eu tinha esse protocolo de manter um pouco a distância, porque a gente já tinha visto o que tinha acontecido com os jornalistas em 2013 em São Paulo<sup>7</sup>. Quando eu percebia que a polícia estava prestes a impedir os manifestantes de passar, eu ia embora. Tentava acompanhar por outros colegas, que faziam [a cobertura] ao vivo. (JORNALISTA 19)

A Jornalista 14, agredida verbalmente por um político, solicitou à chefia para evitar, ainda que temporariamente, pautas relacionadas a ele. As Jornalistas 8 e 7 também relataram deixar de cumprir pautas após as situações de hostilidade.

Eu falei para a minha editora que preferia não fazer alguns textos, porque os políticos ficaram muito em cima do meu rosto depois disso. [...] Você fica com medo de falar sobre alguns assuntos. [...] Cheguei, sim, a fazer autocensura e até a escrever matérias e não assinar, pedir para outra pessoa assinar. (JORNALISTA 8)

Eu tinha algumas pautas em mente para tocar envolvendo o poder Judiciário, mas decidi não tocar mais, por enquanto. Nas pautas mais complicadas, que envolvem autoridades, eu tenho optado por dividir o trabalho com outro colega, não assinar mais sozinha. (JORNALISTA 7)

A Jornalista 30, que foi agredida fisicamente por manifestantes, informou que não realiza mais cobertura de atos em favor do presidente da República.

---

<sup>7</sup> Em 2013, o Brasil concentrou várias manifestações de rua contra o aumento da passagem de ônibus. Esse período também ficou marcado pela violência policial. O fotógrafo Sérgio Andrade de Silva perdeu o olho após ser atingido por uma bala de borracha enquanto trabalhava. Ver: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/18/politica/1471471818\\_316149.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/18/politica/1471471818_316149.html).

De certo modo, senti que o próprio jornal [suprimido] terminou fazendo a mesma leitura que os manifestantes que me agrediram fizeram. [...] Me tornei [para eles] uma jornalista ‘partidária’. O que não me aflige porque por questões de gênero, raça, classe e sexualidade eu não poderia estar, conscientemente, do outro lado da linha. (JORNALISTA 30)

Quando questionadas sobre a possibilidade de desistir da profissão, parte das jornalistas afirmou que considerava essa alternativa não necessariamente pela hostilidade, mas pela precarização da profissão. Entre os motivos estão a sobrecarga de trabalho, a pressão interna nas redações e o tipo de pauta que precisam cobrir (segurança pública, por exemplo), além da frustração e do cansaço por não verem resolvidos os problemas sociais que cobrem. “A gente tem uma carga muito negativa. Eu tenho uns 20 grupos de *WhatsApp* relacionados a trabalho. [...] Leio tudo, separo o que interessa como pauta para o dia seguinte, limpo e no outro dia tem 200 mensagens, às cinco da manhã” (JORNALISTA 14).

### *Efeitos da violência na vida pessoal*

Determinados tipos de ameaça acabam influenciando a vida pessoal das jornalistas. Isso implica cuidados com a exposição de si mesma e da família nas redes sociais – evitar expor a localização quando publica fotos e, em outros casos, até mudar de endereço –, seja temporariamente ou de modo definitivo.

A Jornalista 6 contou que, após ser perseguida em redes sociais por causa de opiniões políticas, deixou de usar aplicativos de relacionamento para conhecer parceiros amorosos. O receio era de que um agressor tentasse se aproximar dela por meio de tais ferramentas. Há outras graves consequências: diferentes relatos mencionam o uso de medicação controlada. Depois de ser intimidada e não receber apoio dos colegas ou da empresa, a Jornalista 5 destacou os prejuízos relacionados à saúde mental.

Foi tão difícil o ponto de machismo que eu enfrentei dentro da redação, de não me defenderem, não cuidarem de mim naquele momento (...), que eu tentei suicídio, aí eu fui fazer um tratamento sério. E

pago do meu bolso. (...) Como eu tenho uma filha, eu tive que me tratar. Não tem escolha. Eu já tinha problema de depressão e foi agravado. (JORNALISTA 5)

A mesma jornalista recebia xingamentos relacionados ao seu peso e reflete sobre de que forma as agressões influenciam o modo como ela cria a própria filha, ainda criança.

A minha filha pega o celular e diz: ‘Mamãe, vou fazer uma pauta.’ Eu falo: ‘Meu Deus, eu não quero isso pra você’. Eu penso em criar minha filha fora do Brasil, porque eu não quero que ela viva toda essa violência. (JORNALISTA 5)

A Jornalista 18 diz ampliar o cuidado com as aparições públicas de outros integrantes de sua família, por receio de novos ataques.

Tem jornalistas aqui que têm filhos e não postam fotos deles nas redes sociais. No Dia das Mães, eu tive que editar todas as fotos para apagar o nome da escola para poder postar. É o medo que a gente tem por conta dessas agressões, porque eu não sei até que ponto isso pode chegar à minha família. (JORNALISTA 18)

A Jornalista 14 conta que, após um político gravar um vídeo com insultos direcionados a ela, registrou Boletim de Ocorrência e passou a ter acompanhamento psiquiátrico. Após o diagnóstico de Síndrome de *Burnout*, o médico da profissional sugeriu afastamento das atividades.

## 5 Discussão dos resultados e conclusões

O objetivo desta pesquisa foi investigar como violência e preconceitos de gênero influenciam o trabalho de mulheres jornalistas. A análise se debruçou não apenas sobre elementos ligados ao cotidiano profissional, mas, também, pretendeu verificar de que maneira ataques e hostilidades reverberam na vida pessoal das jornalistas, além da eficácia de mecanismos de apoio.

Considera-se que os 31 relatos coletados apontam para ameaças à liberdade de imprensa e, conseqüentemente, à qualidade do jornalismo produzido no Brasil. As agressões geram conseqüências que vão além das carreiras das profissionais, comprometendo o bom

desenvolvimento da atividade jornalística e sua contribuição para os regimes democráticos (PANIEVSKY, 2021; RIOS, BRONOSKI, 2020).

As entrevistas indicam, ainda, que, na percepção da maioria das mulheres, gênero é um fator de risco no trabalho. Mesmo jornalistas que não relacionaram as agressões sofridas ao fato de serem mulheres consideraram que colegas do sexo feminino tendem a estar mais expostas e vulneráveis do que homens.

Nem mesmo profissionais que atuam em grandes centros e empresas se consideram seguras. Não obstante algumas organizações jornalísticas contarem com maior estrutura e suporte jurídico, mulheres jornalistas sentem que existem tratamentos diferenciados, a depender do prestígio e capital da profissional atacada. No caso de jornalistas independentes ou que atuam em empresas de menor porte, o grau de exposição é maior, enquanto a repercussão e apoio se mostram limitados.

Os resultados evidenciam de que modo as jornalistas brasileiras enfrentam situações de agressão que se prolongam e, em grande parte das vezes, terminam impunes. Muitas situações de violência não são devidamente documentadas. As entrevistas mostram, assim, que os problemas enfrentados pela imprensa brasileira acerca da violência e da hostilidade contra os profissionais precisam ser analisados de forma articulada com dificuldades de outras naturezas. Além disso, o cenário de hostilidade associa-se ao crescente processo de precarização dos vínculos trabalhistas, bem como ao enxugamento das redações e o enfraquecimento dos sindicatos.

A atuação limitada na defesa das profissionais – é preciso criar vias institucionais de proteção às repórteres e punição efetiva de seus agressores – acaba fazendo com que elas se vejam forçadas a desenvolver estratégias particulares de proteção para que não deixem de exercer a profissão.

A investigação oferece uma contribuição original ao revelar possíveis caminhos para que os mecanismos de apoio a mulheres jornalistas sejam aperfeiçoados. Embora algumas organizações elaborem manuais e cursos sobre segurança para jornalistas, cabe discutir como



é possível levar esse conteúdo para redações e profissionais independentes de maneira ampla e efetiva.

Dentre as sugestões levantadas pelas entrevistadas estão o fortalecimento de núcleos jurídicos nas redações e a união da própria classe em sindicatos. A baixa quantidade de profissionais sindicalizados no Brasil (LIMA & MICK, 2013) é um indício de que tais entidades precisam passar por reformulações.

Apesar das dificuldades que abrangem o campo jornalístico, é necessário dizer que ele não representa, isoladamente, toda a origem do problema da violência contra jornalistas. Evidentemente, a construção de um ambiente profissional mais seguro para essas mulheres inclui transformações na própria sociedade, no sistema econômico, político e judiciário.

A pesquisa tem limitações. Uma vez que as entrevistas foram realizadas durante a pandemia de Covid-19, as videoconferências ocorreram com as participantes em casa. A proximidade física de familiares pode ter inibido alguns relatos. Futuros trabalhos podem examinar a percepção de homens jornalistas que também sofreram casos de agressão, a fim de comparar alterações nas rotinas de trabalho e estratégias empregadas para lidar com os ataques.

## Referências bibliográficas

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Abraji aponta que mulheres jornalistas foram vítimas de mais da metade das agressões no meio digital. 8 de março de 2021. Disponível em: <https://abraji.org.br/abraji-aponta-que-mulheres-jornalistas-foram-vitimas-de-mais-da-metade-das-agressoes-no-meio-digital>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ALBUQUERQUE, A. On models and margins. In: Hallin, D.; Mancini, P. (Eds.) **Comparing media systems beyond the Western world**. Cambridge University Press, 2012, 72-95.

ADAMS, C. They go for gender first. **Journalism Practice**, 12(7), 850-869, 2017.

AZEVEDO, F. Mídia e democracia no Brasil. **Opinião Pública**, 12(1), 2006.

BANET-WEISER, S. Misogyny and the politics of misinformation. In: Tumber, H.; Waisbord, S. (Ed.) **The Routledge Companion to Media Disinformation and Populism**. Routledge, 2021, 211-220.

BARNES, L. An inexplicable gap. **Journalism**, 1-18, 2015.

- BARRIOS, M.; Miller, T. Voices of Resilience. **Journalism Practice**, 2020.
- BARTMAN, J. Murder in Mexico: are journalists victims of general violence or targeted political violence? **Democratization**, 25(7), 1093-1113, 2018.
- BRAMBILA, J.; HUGHES, S. Violence against journalists. In: Vos, T.; Hanusch, F. (Eds.) **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. John Wiley & Sons, 2019.
- CARLSON, C.; Witt, H. Online harassment of U.S. woman journalists and its impact on press freedom. **First Monday**, 25(11), 2020.
- CARTER, C.; KODRICH, K. Challenges and dangers of reporting in a tumultuous border region. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 90(2), 331-346, 2013.
- CHAMBERS, D.; STEINER, L.; FLEMING, C. **Women and journalism**. Routledge, 2004.
- CHARLES, M. Why are journalists threatened and killed? **Journalism**, 2020.
- CHEN, G.; PAIN, P.; CHEN, V.; MEKELBURG, M.; SPRINGER, N.; TROGER, F. ‘You really have to have a thick skin’. **Journalism**, 21(7), 877-895, 2018.
- DE BRUIN, M.; ROSS, K. Introduction: Beyond the body count. In: \_\_\_\_\_. (Eds.) **Gender and Newsroom Cultures: Identities at Work**. Hampton Press, 2004.
- DE VUYST, S.; RAEYMAECKERS, K. Gender as a multi-layered issue in journalism. **European Journal of Women’s Studies**, 26(1), 23-38, 2019.
- FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2019. Brasília, 2020.
- \_\_\_\_\_. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2020. Brasília, 2021.
- HANITZSCH, T.; HANUSCH, F. Does gender determine journalists’ professional views? **European Journal of Communication**, 27 (3), 257-277, 2012.
- HAPPER, C.; HOSKINS, A.; MERRIN, W. (Eds.) **Trump’s Media War**. Palgrave Macmillan, 2019.
- HARP, D.; BACHMANN, I.; LOKE, J. Where are the women?. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 91(2), 289-307, 2014.
- HOLTON, A.; BÉLAIR-GAGNON, V.; BOSSIO, D.; MOLYNEUX, L. “Not their fault, but their problem”. **Journalism Practice**, 2021.
- HUGHES, S.; MELLADO, C.; ARROYAVE, J.; BENITEZ, J.; DE BEER, A.; GARCÉS, M.; LANG, K.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M. Expanding influences research to insecure democracies. **Journalism Studies**, 2017.

INTERNATIONAL WOMEN’S MEDIA FOUNDATION. Attacks and Harassment The Impact on Female Journalists and Their Reporting, 2020. Disponível em: <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/09/Attacks-and-Harassment.pdf>

JAMIL, S. Suffering in silence: The resilience os Pakistan’s female journalists to combat sexual harassment, threats and discrimination. **Journalism Practice**, 2020.

KIKUTI, A.; ROCHA, P. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. **16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2018.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. Crown Publishing, 2017.

LEWIS, S.; ZAMITH, R.; CODDINGTON, M. Online harassment and its implications for the journalist-audience relationship. **Digital Journalism**, 8, 1-21, 2020.

LIMA, S.; MICK, J. Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, 10(1), 4-24, 2013.

LOBO, P.; SILVEIRINHA, M.; SILVA, M.; SUBTIL, F. “In Journalism, we are all men”. **Journalism Studies**, 2015.

LOPES DE AMORIM, J.; BUENO, T. Mulheres jornalistas em pauta. **Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo**, 6(2), 153-170, 2019.

MASSEY, B.; ELMORE, C. Happier working for themselves? Job satisfaction and women freelance journalists. **Journalism Practice**, 5(6), 672-686, 2011.

MEEKS, L. Defining the enemy: How Donald Trump frames the News Media. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 1-24, 2019.

MELKI, J.; MALLAT, S. Block her entry, keep her down and push her out: gender discrimination and women journalists in the Arab world. **Journalism Studies**, 17(1), 57-79, 2016.

MONT'ALVERNE, C.; ATHANASIO, E.; MARQUES, F. O jornalista entre a profissão e a empresa. **Brazilian Journalism Research**, 14, 400-427, 2018.

NILSSON, M.; ÖRNEBRING, H. Journalism under threat. **Journalism Practice**, 2016.

NORTH, L. The gendered newsroom. **Hampton Press**, 2009.

ORGANISTA, N.; MAZUR, Z. “You either stop reacting or you don’t survive. There’s no other way”. **Feminist Media Studies**, 20(8), 1110-1127, 2020.

PANIEVSKY, A. The Strategic Bias: How Journalists Respond to Antimedia Populism. **The International Journal of Press/Politics**, 1–19, 2021.

PEREIRA, F.; NAVES, L. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. **Intertexto**, 29, 41-57, 2013.

PONTES, F. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico. **E-Compós**, 20(1), 2017.

- POSETTI, J. et al. **The Chilling**: Global trends in online violence against women journalists. UNESCO, 2021.
- RELLY, J. Online harassment of journalists. In: Tumber, H.; Waisbord, S. (Ed.) **The Routledge Companion to Media Disinformation and Populism**. Routledge, 178-187, 2021.
- RAMOS, D.. Origens da misoginia online e violência digital contra jornalistas mulheres. **18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, SBPJOR, 2020.
- RAO, S.; RODNY-GUMEDE, Y. Gazing past the glass ceiling. **Global Media and Communication**, 16(1), 1-18, 2020.
- RIOS, A.; BRONOSKI, M.. Violência contra jornalistas, uma ameaça à sociedade. **Mosaico**, v. 11, n. 17, 2019.
- SCHOCH, L. The gender of sports news. **Communication & Sports**, 1-21, 2020.
- STAHSEL, L.; SCHOEN, C. Female journalists under attack?. **News Media & Society**, 22(10), 1849-1867, 2019.
- STEINER, L. Failed theories. **Review of Communication**, 12(3), 201-223, 2012.
- TEJEDOR, S.; CERVI, L.; TUSA, F. Perception of journalists reporting in conflict zones. **Media, War & Conflict**, 1-23, 2020.
- VAN DALEN, A. Rethinking journalist–politician relations in the age of populism. **Journalism**, 2019.
- WAISBORD, S. Mob Censorship. **Digital Journalism**, 8(8), 1030-1046, 2020.
- WAISBORD, S.; MELLADO, C. De-westernizing communication studies. **Communication Theory**, 24(4), 361-372, 2014.